

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PROVA DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL 3º SEMESTRE LETIVO – 2ª TURMA- 1º TENENTE PMCE

CÓDIGO DA PROVA S01A	<p style="text-align: center;"><u>ATENÇÃO</u></p> <ul style="list-style-type: none">• DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.• ESTE CADERNO CONTÉM 100 (CEM) ITENS• VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM, CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.
---------------------------------------	---

<ul style="list-style-type: none">• Direito Disciplinar Militar• Policiamento Ambiental• Estatuto da Criança e do Adolescente• Lei Maria da Penha• Estatuto do Torcedor• Gerenciamento de Crises• Policiamento de Choque• Planejamento Operacional

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

A prova objetiva será constituída de itens para julgamento, agrupados por comandos que deverão ser respeitados. O julgamento de cada item será CERTO ou ERRADO, de acordo com o comando a que se refere o item. Haverá para cada item na Folha de Respostas, dois campos de marcação: o campo designado com o código C, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO e o campo designado com o código E, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.

A Folha de Respostas será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento da Folha de Respostas e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição da Folha de Respostas, por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

A prova terá a duração de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de prova por, no mínimo, uma hora após o início das provas, e somente retirar-se do local de prova levando o caderno de provas no decurso dos últimos 15 (quinze) minutos.

Implicará na eliminação do candidato, caso, durante a realização das provas, qualquer equipamento eletrônico venha emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

BOA PROVA!

.....(destaque aqui).....

GABARITO RASCUNHO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	

PRIMEIRO TENENTE PMCE

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

DIREITO DISCIPLINAR MILITAR

Considerando os tópicos estudados sobre Introdução, Responsabilidade, Independência de esferas, Ato Disciplinar e Leis Administrativas para os militares, julgue os itens a seguir.

1. O Direito Administrativo é um ramo do Direito Público.
2. Para o ato ilícito praticado pelo militar estadual só existe sanção originada da responsabilidade civil.
3. As esferas de responsabilidade são sempre independentes entre si.
4. O ato jurídico e o ato administrativo são matrizes formadoras do ato disciplinar.
5. A União detém a competência exclusiva para legislar na esfera administrativa.

Sobre os princípios constitucionais que regem o processo administrativo, julgue os itens subsequentes.

6. O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional.
7. O princípio da impessoalidade e o princípio da moralidade são princípios diferentes, com conceitos diferentes.
8. O princípio do impulso oficial tem relação com o andamento regular e contínuo do procedimento, independentemente da provocação das partes.

Tendo em vista o Código Disciplinar (Lei 13.407/2003 do Estado do Ceará), julgue os itens que se seguem.

9. O Governador do Estado é o Chefe Supremo das Corporações Militares do Estado.
10. O posto de Major é ocupado por um Oficial Superior.
11. O posto de Subtenente é ocupado por um Oficial Subalterno.

12. Dentre os valores fundamentais, determinantes da moral militar estadual, pode-se citar como exemplos o civismo, o profissionalismo e a coragem.

13. Dentre os deveres éticos, emanados dos valores militares estaduais e que conduzem a atividade profissional sob o signo da retidão moral, pode-se citar como exemplos: cumprir os deveres de cidadão e atuar com devotamento ao interesse público, colocando-o acima dos anseios particulares.

14. Transgressão disciplinar é o mesmo que Crime militar.

15. Advertência é um tipo de sanção administrativa disciplinar.

16. Está prevista a sanção de Demissão ao oficial que, entre outras hipóteses legais, for condenado à pena de perda da função pública, por sentença passada em julgado.

17. O mau comportamento é circunstância que atenua a sanção.

18. A sanção disciplinar será proporcional à gravidade e natureza da infração, sendo que na primeira vez, as faltas médias são puníveis com Permanência disciplinar de até 8 (oito) dias.

19. As autoridades competentes que tiverem conhecimento da existência de irregularidade ou ilegalidade na aplicação da sanção disciplinar imposta, podem motivadamente revisá-la.

20. O Conselho de Disciplina destina-se a apurar as transgressões disciplinares cometidas pela praça da ativa ou da reserva remunerada e a incapacidade moral desta para permanecer no serviço ativo militar ou na situação de inatividade em que se encontra.

POLICIAMENTO AMBIENTAL

Sobre Modalidades de policiamento ambiental e Noções de Direito Ambiental, julgue os itens abaixo.

21. O policiamento ambiental pode ser realizado, dentre outras modalidades, com a utilização de motocicletas.

22. Para coibir a prática ilegal de pesca, o policiamento ambiental é realizado em embarcações.

23. Os manguezais, em toda a sua extensão, são classificados pelo Novo Código Florestal como Área de Preservação Permanente (APP).

24. O Defeso representa o período em que os peixes se defendem dos pescadores, expelindo substâncias tóxicas pelas guelras com o fim de prejudicar a saúde humana.

25. É proibido o emprego de rede elétrica para captura de peixes.

26. O Documento de Origem Florestal (DOF) é licença obrigatória para o controle do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa.

27. Na unidade de conservação da natureza definida como Área de Proteção Ambiental (APA) é proibida a ocupação humana.

Sobre crimes ambientais, julgue os itens que se seguem.

28. Espécimes da fauna silvestre são animais de origem estrangeira, conhecidos por habitar especialmente o hemisfério norte do planeta.

29. Não é crime o abate de animal, quando realizado em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família.

30. Existe crime culposo contra a flora.

31. Aquele que obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais, responde por crime ambiental previsto em lei.

Sobre Auto de Constatação, Decibelímetro e Contenção de animais, julgue os itens subsequentes.

32. O Auto de Constatação é documento que serve como instrumento de comprovação dos

fatos presenciados pela autoridade competente, considerando alguns tipos de crimes ambientais.

33. Uma jaula ou um puçá podem ser equipamentos utilizados no resgate e captura de animais.

34. Para medição da poluição da água de rios e lagos por mercúrio ou outro metal pesado, utiliza-se o instrumento medidor chamado Decibelímetro.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Considerando a evolução do Direito da Criança e do Adolescente no Brasil, bem como os dispositivos legais previstos na Lei 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), julgue os itens seguintes.

35. Na primeira fase do Direito da Criança e do Adolescente em nosso país, datando entre os séculos XVI ao século XIX, as crianças e adolescentes eram vistos, na maioria das vezes, como seres sem relevância.

36. A pessoa com 10 (dez) anos de idade completos já é considerada adolescente.

37. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

38. O princípio da proteção integral e prioritária é um dos princípios que rege a aplicação das medidas de proteção à criança e ao adolescente.

39. Cada município terá apenas um Conselho Tutelar, sendo este órgão composto por seis membros eleitos pela população local, com mandato de dois anos.

40. No caso de ato infracional flagrancial em que não há violência ou grave ameaça como, por exemplo, em um ato equiparado ao crime de Furto, caberá a lavratura de Boletim de Ocorrência Circunstanciada.

LEI MARIA DA PENHA

Considerando a evolução legislativa de proteção à mulher, gênero como “ratio legis” da Lei 11.340/06, bem como os dispositivos legais previstos na Lei 11.340/06, julgue os itens seguintes.

41. Maria da Penha é uma mulher cearense que deu nome à Lei 11.340/06, instrumento legal fundamental para a proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar.

42. A mulher homossexual vítima de violência doméstica e familiar não tem direito à proteção especial prevista na Lei 11.340/06, por causa de sua orientação sexual.

43. A violência de gênero caracteriza-se pela relação de dominação do homem e de submissão da mulher, de forma que os papéis culturalmente impostos aos gêneros acabam por estabelecer tal relação de poder; o agressor sente-se com domínio sobre corpo, vida e direitos da vítima, justificando tais ações violentas na suposta quebra de padrões e comportamentos impostos socialmente ao gênero feminino.

44. Apenas a violência física é considerada forma de violência doméstica e familiar contra a mulher.

45. A mulher em situação de violência doméstica e familiar tem prioridade para matricular seus dependentes em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio, ou transferi-los para essa instituição, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios do registro da ocorrência policial ou do processo de violência doméstica e familiar em curso.

46. O descumprimento de medida protetiva de urgência decretada pelo juiz em favor da ofendida configura crime de desobediência previsto no artigo 330 do Código Penal.

ESTATUTO DO TORCEDOR

Sobre os dispositivos legais da Lei 10.671/2003 (Estatuto do Torcedor), julgue os itens a seguir.

47. O Estatuto do Torcedor não reconhece de fato, nem de direito, as torcidas organizadas, as quais configuram mera aglomeração sem regulamento.

48. Para esta lei, considera-se Torcedor apenas o espectador pagante dos espetáculos esportivos.

49. O torcedor não pode entoar cânticos discriminatórios, racistas ou xenófobos no recinto esportivo.

50. Sem prejuízo do disposto no Código de Defesa do Consumidor, a responsabilidade pela segurança do torcedor em evento esportivo é da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo e de seus dirigentes, que deverão solicitar ao Poder Público competente a presença de agentes públicos de segurança, devidamente identificados, responsáveis pela segurança dos torcedores dentro e fora dos estádios e demais locais de realização de eventos esportivos.

51. É direito do torcedor participar que todos os ingressos emitidos sejam numerados e que neles conste o preço pago.

52. Aquele que portar no interior de estádio, em dia de realização de evento esportivo, quaisquer instrumentos que possam servir para a prática de violência, incorre em crime previsto no referido estatuto.

GERENCIAMENTO DE CRISES

Sobre Crise e Incidente julgue os itens seguintes.

53. Os conceitos de Crise e de Incidente são idênticos.

54. Existe doutrina que ensina sobre gerenciamento de crises em nosso país.

55. O Gabinete de Gestão de Eventos Complexos (GGEC) pode ser acionado em três circunstâncias distintas: ordinariamente, extraordinariamente ou automaticamente.

Acerca dos Incidentes Policiais, julgue os itens subsequentes.

56. Em uma classificação preliminar, o incidente pode ser estático ou dinâmico.

57. Reféns Localizados são indivíduos sob coação que estão reclusos em área desconhecida pelos órgãos de segurança pública responsáveis pelo seu resgate, sendo necessária uma investigação preliminar.

58. Em incidentes com bombas ou explosivos, a Polícia não deverá atuar, cabendo chamar a Defesa Civil, órgão especializado para solução desta crise.

59. Negociar se traduz em um trabalho de persuasão e convencimento onde se busca demonstrar ao Causador do Evento Crítico (CEC) as vantagens de se fazer aquilo que o gabinete especializado está orientando.

60. O Negociador pode se comunicar com o CEC por meio de telefone.

61. O uso das técnicas não-letais como, por exemplo, cassetete ou lacrimogêneo, tem por objetivo evitar o resultado morte, incapacitando temporariamente o CEC ou debilitando-o.

Sobre fases e classificações dos incidentes, julgue os itens abaixo.

62. As fases do gerenciamento de incidentes têm caráter didático e são divididas basicamente em cinco: pré-intervenção, resposta imediata, planejamento específico, resolução e desmobilização operacional.

63. O criminoso comum age de forma premeditada e com motivação política ou ideológica.

64. O grupo "Setembro Negro" ficou conhecido ao fazer refém a delegação israelense durante as Olimpíadas de 1972, na Alemanha,

executando os atletas no momento da tentativa de resgate.

65. A classificação do grau de risco do incidente tem como objetivo ajudar o Gabinete de Gestão de Eventos Complexos a fazer o devido levantamento logístico e de recursos humanos para resolver a situação crítica (nível de resposta).

66. O incidente com suicida tentado é um exemplo de incidente de 3º grau (altíssimo risco).

POLICIAMENTO DE CHOQUE

A respeito das unidades operacionais do comando de policiamento de choque da Polícia Militar do Ceará, julgue os itens subsequentes.

67. O 1º Batalhão de Choque, COTAM (Comando Tático Motorizado), é especializado e portanto atende apenas a capital Fortaleza.

68. A 1ª Companhia do 2º Batalhão de Choque é a companhia de Controle de Distúrbios Cívicos.

69. A 1ª Companhia do 2º Batalhão de Choque pode atuar em arenas desportivas em dias de jogo, por exemplo, impedindo estado beligerante nas arquibancadas e possíveis invasões de campo pelos torcedores.

70. A 3ª Companhia do 2º Batalhão de Choque pode atuar em arenas desportivas em dias de jogo, por exemplo, realizando a varredura das dependências da arena antes da abertura dos portões e nas rampas de acesso acompanhando a entrada na arena desportiva.

71. A 4ª Companhia do 2º Batalhão de Choque pode atuar em arenas desportivas em dias de jogo, por exemplo, com emprego de cães na contenção das torcidas e na segurança interna do campo.

72. O 3º Batalhão de Choque é composto pelo BOPE/ROCA - ronda ostensiva com cães.

73. O 4º Batalhão de Choque atua na área urbana do interior do Estado do Ceará, evitando os crimes ambientais que ocorrem na floresta amazônica.

Sobre generalidades e doutrina das operações de choque, julgue os itens a seguir.

74. A missão precípua da tropa de choque é restabelecer a ordem pública nos casos de grave perturbação e quebra da ordem pública.

75. De regra, a seleção da tropa de choque é feita de acordo com a antiguidade de cada policial na carreira, independente do posto ocupado, sendo escolhidos os policiais mais novos de carreira, sendo eles obrigados a assumir a tropa.

76. A prontidão externa é determinada pela iminência de fatos anormais e graves que exijam o emprego imediato da tropa com capacidade de resolver rapidamente a situação e quando há necessidade de deslocamento da tropa para fora da sede da unidade.

77. A Constituição Federal de 1988 determina que as Polícias Militares dos estados são órgãos permanentes, organizados e mantidos pela União e estruturados em carreira, destinando-se ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

78. A Polícia de Choque tem como objetivo principal o restabelecimento da ordem pública nos casos em que houver grave perturbação da ordem e em que se esgote a capacidade operativa da tropa ordinária local, comprometendo a segurança dos policiais e da população.

79. Os grupos humanos que se reúnem em multidão são mais organizados do que os que se reúnem em Aglomeração.

80. Os conflitos são motivados pelas mais distintas causas, como por exemplo, causas sociais, culturais ou econômicas.

Acerca do controle de multidões pela tropa a pé, julgue os itens que se seguem.

81. Escudeiros e Lançadores são exemplos de funções em um pelotão de choque.

82. Na posição “Descansar” da ordem unida a pé, o policial fica com as pernas fechadas e com o escudo posicionado à frente.

83. A figura abaixo, retirada da apostila de estudo, representa o pelotão formação guarda alta:



84. A figura abaixo, retirada da apostila de estudo, representa o pelotão formação em guarda baixa emassada:



85. Os comandos para as formações do pelotão de choque só podem ser dados por gestos.

86. A figura abaixo, retirada da apostila de estudo, representa o comando por gesto de formação em cunha:



PLANEJAMENTO OPERACIONAL

Sobre aspectos gerais, conceito e níveis de planejamento, julgue os itens subsequentes.

87. A Polícia Militar do Estado do Ceará está desenhada conforme o modelo organizacional burocrático, no qual se sobressaem, principalmente, a hierarquia de postos e níveis de autoridade, a normatização geral e os documentos escritos.

88. Considerando os Princípios Específicos do Planejamento, temos o Princípio da precedência do planejamento, o qual preconiza que o planejamento, devido à sua natureza de posteridade, corresponde a uma função administrativa que vem depois das demais.

89. Não existem Princípios Gerais do Planejamento.

90. O planejamento estratégico encontra-se no topo da cadeia dos níveis de planejamento.

91. O planejamento operacional é representado, predominantemente, pela execução de tarefas.

Acerca do planejamento operacional da atividade policial militar e na Polícia Militar do Ceará, julgue os itens seguintes.

92. A falta de planejamento, quase sempre, obriga a adoção de medidas improvisadas, que, por sua vez, conduzem a resultados inesperados e que podem gerar sérios prejuízos.

93. Ao planejamento voltado para a operacionalidade policial militar não importam o próprio agente de segurança pública ou a comunidade que recebe a segurança prestada devendo toda a atenção ser voltada ao criminoso.

94. O planejamento estratégico é realizado pelo Comando da Polícia Militar.

95. A inteligência policial é um serviço que subsidia a realização de operações e ações através de informações relevantes, tornando as intervenções mais eficientes e objetivas.

96. Com planejamento é possível organizar operações de maior vulto, com a participação

das Polícias Militar e Civil para, por exemplo, cumprir um mandado judicial coletivo de busca e apreensão.

97. Os manuais de doutrina operacional são ferramentas que proporcionam a prescrição de ações consecutivas e coordenadas diante de situações previamente definidas.

98. Conforme organização interna da Polícia Militar do Ceará, a 1ª Seção cuida das atividades de relações públicas da corporação.

99. O clima pode interferir no planejamento operacional.

100. A última fase do planejamento operacional é a aprovação do plano pela autoridade superior ordenadora.